



APRESENTAÇÃO

DOSSIÊ EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES – IMPACTOS DA PANDEMIA

O dossiê “Educação e Desigualdades: impactos da pandemia” reúne leituras preocupadas com o agravamento das desigualdades na Educação ocorrido com a pandemia da Covid-19 no Brasil e no mundo. Buscamos abraçar uma diversidade oportuna de perfis de autoria, estilos de texto e recortes de análise. Assim, pudemos contar com a colaboração de estrangeiros, brasileiros, professores do ensino básico e superior, ativistas, técnicos de institutos de pesquisa e pesquisadores de pós-graduação que apresentam seus textos em estilo ensaístico, entrevista, pesquisa qualitativa e quantitativa, revisão de literatura e abordam diferentes níveis da educação, como a básica e a superior.

Destacamos que organizar a presente coletânea enquanto a pandemia e seus efeitos seguem se desdobrando impõe limites para as reflexões acadêmicas das Ciências Sociais e Humanas, que demandam tempo para o levantamento de evidências empíricas e a construção de cenários precisos sobre a realidade social. Contudo, propomos um conjunto de abordagens diversas preliminares, sob a ótica das Ciências Sociais, sobre as consequências desse período de *anomia* que acomete o mundo desde dezembro de 2019, e que ainda está em curso.

O dossiê está organizado em três eixos complementares. O primeiro, de escopo conceitual e global, é composto pelo ensaio de John H. Stanfield II, sociólogo, professor e pesquisador da Indiana University, com sólida reflexão sobre a diáspora africana, e pela entrevista com Andrew Babson, da University of Pennsylvania, que além de teórico da educação ocupa um assento no Conselho Escolar do distrito onde reside, na Pensilvânia, EUA. Ambos oferecem perspectivas críticas fundamentadas em leituras conjunturais sobre os impactos da pandemia em estruturais sociais – como as “sociedades legadas da escravidão africana” (Stanfield) — já anteriormente marcadas por históricas desigualdades socioeconômicas e sistemáticos processos de exclusão e marginalização de populações “não brancas” e “não europeias”. Tais reflexões nos levam a confirmar nossas hipóteses de que, globalmente, desigualdades e exclusões previamente presentes devido a fatores históricos estruturais foram e seguem sendo profundamente agravadas durante a pandemia.

Complementarmente, o segundo eixo é composto por dois artigos que trazem leituras *localizadas*, isto é, situadas espacialmente em territorialidades bem definidas: o Complexo da Maré, uma favela do Rio de Janeiro, e o território quilombola Sapê do Norte, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo. Os artigos, escritos respectivamente por Andreia Martins de Oliveira Santo e por Fany Serafim Nascimento e Olindina Cirilo Nascimento Serafim, abordam o nível básico de educação e empregam metodologias qualitativas fundamentadas em entrevistas realizadas com educadores durante a pandemia. Situações caracterizadas por estudantes que representam a primeira geração de pessoas formalmente escolarizadas no seio familiar, bem como a primeira geração de usuários de meios digitais de comunicação (como computador e internet) são comuns e evidenciam uma das grandes barreiras para a continuidade da educação de crianças e jovens em idade escolar nesses territórios.

O terceiro eixo do dossiê traz o Ensino Superior para o centro da reflexão e emprega análises de dados estatísticos e levantamentos bibliográficos,

abordando as problemáticas de acesso, permanência e assistência estudantil. Esse eixo contou com as colaborações do pesquisador do Inep Alexandre Azevedo e dos professores e sociólogos da educação Gabriela Honorato e Eduardo Borges.

A adoção da noção de desigualdade implica pensar em sua forma estrutural, envolvendo o acesso a bens e serviços socialmente produzidos e desigualmente apropriados. Supõe considerar relações historicamente formadoras de centros e periferias em diferentes escalas (global, nacional, regional) e no âmbito de uma divisão do trabalho modelada pelo capitalismo. Já se sabe que os impactos da pandemia são mais desastrosos em países previamente marcados pela fome, pela precarização e por políticas negacionistas da ciência. O campo educacional deve ser pensado, portanto, em meio a esses arranjos, sendo capaz de expressar, produzir e reproduzir condições de desproteção e vulnerabilidade para grupos sociais atravessados por nacionalidade, cor/raça, gênero e classe específicos.

O primeiro ensaio, escrito pelo Professor John H. Stanfield, II, intitulado “A desoladora educação de crianças e jovens pretos antes, durante e após a Covid-19 em sociedades legadas da escravidão africana nos antigos impérios da Europa: remédios realistas cautelosos”, oferece uma perspectiva ensaística testemunhal sobre muitas das desigualdades vivenciadas e relatadas também na entrevista com o pesquisador Andrew Babson. A destacada crítica ao modelo neoliberal da educação, que também permeia outras instituições e outras sociabilidades, ganha destaque quando contraposta aos desafios de grupos desprivilegiados – por meio dos continentes, perpassando os Estados Unidos, o Brasil, a África do Sul e as Ilhas Maurício. A opressão dos pretos, indígenas e pobres fica evidenciada quando o autor aponta para as limitações de acesso a equipamentos eletrônicos e até mesmo Wi-Fi, fato conferido e reiterado por diversas vezes nos demais artigos aqui reunidos. O autor relata o que vê e escuta em o que denomina de autoetnografia, por ele mesmo reconhecer sua pertença

negra diante das situações vividas que inspiram suas reflexões críticas e, como ele diz, *somber*, que traduzimos por “desoladora”.

A entrevista com o Professor Andrew Babson, da Universidade da Pensilvânia, antropólogo especialista em pesquisa educacional em torno de juventudes, formação de identidades e para a vida adulta, no período chamado por ele de “fusão da vida adulta”, que vai até, no máximo, 30 anos. Período esse compreendido por decisões importantes do ponto de vista profissional e de inserção no mundo do trabalho, experimentado de maneiras diversas a depender da origem do ponto de partida – intersetorial – dos sujeitos. Andrew, além disso, oferece sua perspectiva enquanto membro do Conselho Escolar de um distrito de alto rendimento escolar e comenta sobre as desigualdades observadas aí, ainda sob o prisma das desvantagens que pessoas de ascendência não branca europeia (negros, pardos, hispânicos e nativos-americanos) sofrem dentro do sistema escolar, inclusive devido à desigualdade de investimento por estudante que chega a ser de um terço do valor quando comparado com escolas de pessoas com ascendência europeia (ou branca).

A educadora e pesquisadora sobre educação, especialista em Literatura Infante Juvenil, Andreia Martins de Oliveira Santo apresenta em seu artigo “Impactos da Covid-19 no acesso à Educação no Conjunto de Favelas da Maré”, um relato robusto de pesquisa recentemente concluída em uma das áreas urbanas do Rio de Janeiro mais assediadas pela violência do estado contra a sua população. O estudo apresentado com rigor acadêmico, trata dos impactos da Covid-19 no acesso à educação de alunos dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de escolas públicas do Conjunto de 16 Favelas da Maré, Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa reportada foi realizada no segundo semestre de 2021, e ouviu 921 pessoas, entre gestores públicos, diretores, professores, alunos e pais de alunos. Os temas pesquisados incluem a experiência do ensino remoto e conectividade; o processo de ensino e aprendizagem; a saúde mental, e a motivação por alunos e profissionais de educação durante a pandemia e depois dela. Os resultados demonstram o

inevitável acirramento das desigualdades educacionais de alunos de escolas da rede pública da Maré e, conseqüentemente, a necessidade de uma política educacional que considere as especificidades locais, a perspectiva intersetorial e a participação efetiva dos pais e das instituições locais para garantir a mitigação dos efeitos de 20 meses letivos de atividades pedagógicas não presenciais e mediadas pela tecnologia. Ao final, a autora faz recomendações que buscam subsidiar políticas públicas e ações das comunidades escolares do local para a superação das desigualdades aprofundadas pela pandemia.

O artigo “Educação escolar quilombola e as implicações pedagógicas do ensino remoto na pandemia nas escolas quilombolas” foi escrito por duas pesquisadoras atuantes em uma área de remanescente quilombola chamada Sapê no Norte, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo. Em um relato autoral, em primeira mão, Fany Serafim Nascimento e Olindina Cirilo Nascimento Serafim, mãe e filha, baseiam-se em nove entrevistas realizadas remotamente junto a professoras atuantes em áreas de quilombo no período conhecido por ensino remoto emergencial (ERE). Reportam seus principais desafios, dificuldades, e oferecem luz sobre como políticas de educação inclusivas devem abordar áreas diferenciadas como a do objeto de seu estudo. Os temas abordados são: planejamento pedagógico, acompanhamento e avaliação das atividades das famílias, prática docente durante o ensino remoto e acesso à internet por professores e estudantes. O artigo apresenta a impossibilidade do ERE diante dos desafios desse tipo de localidade onde familiares de baixíssima escolaridade eram esperados como coeducadores nesse momento de crise e estruturas de falta de acesso à equipamentos e rede de Wi-Fi –, tornaram praticamente inviável o modelo proposto como política pública de educação em territórios quilombolas.

Em “Desigualdade de acesso e de permanência na educação superior em tempos de crises econômica, política e sanitária: das tendências anteriores às transformações associadas à pandemia de Covid-19”, Alexandre Azevedo observa dados quantitativos do Inep e do IBGE em linhas históricas desde 2012.



O artigo visa contribuir com uma compreensão preliminar a respeito dos impactos da pandemia no fluxo e conclusão do ensino médio e nas decisões dos estudantes de tentar ou não o acesso à educação superior. O pesquisador inclui análises comparativas sobre os setores público e privado, a modalidade presencial e EaD, os egressos de escolas públicas e privadas, os trancamentos de matrículas, os estudantes negros, entre outras. Entre os diversos resultados da pesquisa, destaca-se a redução no número de participantes do Enem durante o período pandêmico, aspecto relevante para a análise de desigualdades, na medida em que o exame é a principal porta de acesso às vagas mais disputadas do ensino superior no país, aquelas das instituições públicas e na modalidade presencial.

O artigo de Gabriela Honorato e Eduardo Borges, “Impactos da pandemia da Covid-19 para o ensino superior no Brasil e experiências docentes e discentes com o ensino remoto”, oferece um preciso panorama das principais problemáticas vivenciadas pelas instituições de ensino superior durante o período pandêmico. Os autores iniciam reconstituindo os principais acontecimentos e medidas tomadas desde os primeiros momentos de suspensão das atividades presenciais, realizando comparações entre os setores público e privado no que se refere aos movimentos de ingresso e evasão, assim como no tocante às experiências com o ensino remoto. O período foi, e segue sendo, particularmente difícil para os estudantes mais vulneráveis, como aqueles de menor renda e/ou que perderam suas ocupações, moradores de periferias sem acesso à internet banda larga ou com conexão de baixa qualidade, estudantes pretos, pardos e indígenas. Nesse sentido, uma atenção especial é dada ao tema das políticas de assistência e permanência estudantil, já que seus potenciais efeitos mitigadores da evasão devem ser considerados. A temática coloca as instituições públicas no centro da discussão dos autores, que debatem tanto as reduções constantes de recursos enfrentadas por essas instituições, quanto as ações efetivamente tomadas para preservar as condições de permanência de estudantes desfavorecidos, como as voltadas para a inclusão digital durante a

pandemia. Revisando bibliografia sobre o tema, o artigo nos brinda, por fim, com as perspectivas de docentes e discentes sobre o ensino remoto, abordando as experiências de ensino-aprendizagem, os desafios na integração social dos estudantes ao ambiente universitário e a saúde mental discente e docente.

Finalmente, propõe-se, com este dossiê, contribuir para uma leitura crítica calcada em experiências e evidências empíricas preliminares dos percalços que o campo da educação enfrenta no momento, no Brasil e em outros países do sul global, inspirando futuras pesquisas, articulações, mobilizações, lutas e políticas públicas condizentes com os desafios impostos, outrora imprevisíveis e, portanto, insuficientemente enfrentados nesta segunda década do século XXI.

Maria Rita Villela¹

William Berger²

Marisol Rodriguez Goia³

Denise Pini Rosalem da Fonseca⁴

Organizadores

¹ Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2015) e Mestre em Antropologia e Desenvolvimento pela London School of Economics (LSE, 2007).

² Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 2017) e Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio (2012).

³ Professora Adjunta da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutora em Antropologia Urbana pela Universitat Rovira i Virgili e Mestre em Sociologia pela PPGSA/UFRJ.

⁴ Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP, 1996) e Mestre em Estudos Latino-Americanos pela University of Houston System (UHS, 1991).

